

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XXXI
---	------

PARTE I

A Sociedade, o Direito, o Estado e o Tributo

Capítulo I – O Objeto do Direito	3
1.1. O Direito como técnica e como valor.....	3
1.2. O Direito Tributário, técnica e valor	4
1.3. Direito, sociedade e história	4
1.4. O Direito como produto social – Trabalho, sociedade e cultura – A experiência jurídica e a história dos homens	4
1.5. A moda, a moral, a religião e o Direito – Os sistemas normativos – Liberdade e repressão – Direito e civilização.....	8
1.6. A inevitável ambiguidade dos sistemas normativos – A questão da justiça – O Direito progressivo	10
1.7. O objeto do Direito – Crítica a Carlos Cossio – A perenidade do objeto do Direito....	11
Capítulo II – O Direito como Objeto	14
2.1. O fenômeno jurídico como objeto de multivárias disciplinas – O Direito Positivo e a Ciência do Direito.....	14
2.2. As categorias do conhecimento jurídico	15
2.3. Direito e linguagem – Ordens e normas jurídicas	15
2.4. As normas jurídicas e a teoria de Kelsen – Juízos ônticos e deônticos – Norma primárias e secundárias	17
2.5. Normas jurídicas e proposições sobre normas jurídicas – Prescrições jurídicas – O papel dos intérpretes	20
2.6. Tipologia jurídica – Normas de organização, de competência, técnicas, de conduta ou comportamentais e sancionantes	21
2.7. Tipos de normas encontradas no Direito Tributário	22

2.8. Distinção entre normas, leis e proposições jurídicas.....	23
2.9. Existência, validade e vigência das leis – Aplicabilidade, incidência e eficácia das normas jurídicas.....	27
Capítulo III – O Objeto do Direito Tributário e o Direito Tributário como Objeto	30
3.1. A unidade do Direito – A falsa questão da autonomia dos ramos do Direito	30
3.2. A relação fisco-contribuinte como objeto do Direito Tributário	30
3.3. Direito Financeiro e Direito Tributário.....	31
3.4. A relação tributária – Cerne do Direito Tributário	31
3.5. O objeto no tempo e no espaço – O papel do sujeito cognoscente.....	31
3.6. O Direito Tributário como objeto	32
3.7. Opulência jurídica do Direito Tributário brasileiro – As primícias do intérprete.....	32
3.8. Direito Tributário e Estado.....	32
Capítulo IV – O Estado e suas Funções.....	34
4.1. O Estado e o poder de tributar – A repartição de competência para tributar – O estatuto do contribuinte	34
4.2. As três funções do Estado: legislar, administrar e julgar – A caracterização jurídica dos atos funcionais do Estado sob os pontos de vista material e formal – O Estado e a tributação.....	35

PARTE II

O Direito Tributário que está na Constituição

Capítulo I – O Direito Tributário da Constituição.....	43
1.1. A constitucionalização do Direito Tributário brasileiro.....	43
1.2. O Direito Tributário da Constituição – Os subsistemas tributários	44
1.3. Conceito de República – República e igualdade – República e representação popular..	44
1.4. República, democracia, representação popular e repartição de Poderes – O controle da Constituição pelo Poder Judiciário.....	46
1.5. República, Constituição dirigente e supremacia do Judiciário.....	48
1.6. Controle de constitucionalidade de lei estadual ou municipal e respectivos atos normativos – Introdução ao estudo do federalismo brasileiro	53
1.7. A natureza jurídica do Estado Federal – Ligeiro esboço comparativo com outras formas de Estado – Características do Estado Federal	54
1.8. Contraste entre o Estado Federal e a Confederação de Estados	57
1.9. Contraste entre o Estado Federal e o Estado Unitário.....	57
1.10. O Estado Federal e o exercício do poder de tributar	58
1.11. A Federação de Estados e a autonomia dos Estados-Membros	58
Capítulo II – Os Princípios Gerais do Sistema Tributário da Constituição.....	59
2.1. O sentido do artigo inaugural quanto à repartição das competências tributárias entre as pessoas políticas da Federação.....	59
2.2. A repartição das competências tributárias – Os seus três aspectos relevantes.....	60
2.3. O fundamento do poder de tributar – As pessoas políticas titulares	60
2.4. O tributo e suas espécies – Como reparti-los	60
2.5. A repartição das competências pela natureza dos fatos jurígenos	61

2.6. Competência comum e privativa – As técnicas de repartição.....	61
2.7. Os insumos doutrinários do constituinte – A teoria dos fatos geradores vinculados e não vinculados.....	62
2.8. A teoria dos fatos geradores vinculados e não vinculados enquanto suporte do trabalho do constituinte	63
2.9. As técnicas constitucionais de repartição.....	63
2.10. A razão pela qual a competência comum não provoca conflitos entre as pessoas políticas	64
2.11. A necessidade de nominar os impostos para depois reparti-los.....	65
2.12. Os empréstimos compulsórios e as contribuições parafiscais em face da teoria dos tributos vinculados e não vinculados.....	65
2.13. Algumas palavras sobre a linguagem do constituinte e o papel dos seus intérpretes.....	66
2.14. A redução dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais à tricotomia	66
2.15. Os níveis de análise da questão dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais: o nível da Teoria Geral do Direito e o nível jurídico-constitucional.....	67
2.16. A classificação jurídica das duas supostas espécies de tributo: contribuições especiais e empréstimos compulsórios – Remissão à Parte III, Capítulos I e II, do presente livro..	68
2.17. Os princípios da capacidade econômica e da pessoalidade dos impostos como princípios orientadores do exercício das competências tributárias	69
2.18. O art. 145, § 2º, ou o papel controlador da base de cálculo dos tributos.....	75
2.19. Apontamentos necessários à compreensão da repartição constitucional de competências tributárias	79
 Capítulo III – A Lei Complementar como Agente Normativo Ordenador do Sistema Tributário e da Repartição das Competências Tributárias.....	 80
3.1. As leis complementares da Constituição	80
3.2. As leis complementares tributárias.....	81
3.3. O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com a teoria do federalismo	82
3.4. A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias.....	84
3.5. Como operam as leis complementares em matéria tributária.....	85
3.6. Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988	89
3.7. Conflitos de competência.....	89
3.8. Regulação das limitações ao poder de tributar	91
3.9. Apreciações críticas sobre a matéria em exame	93
3.10. Normas gerais de Direito Tributário	93
3.11. O federalismo brasileiro – Aspectos – Ligação com o tema das leis complementares ...	97
3.12. O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular.....	97
3.13. O art. 146-A do Texto Constitucional – A preservação da concorrência	99
3.14. Temas tópicos constitucionais reservados à lei complementar em matéria tributária	100
3.15. A necessidade de lei complementar prévia para a instituição de impostos e contribuições	101
 Capítulo IV – Outras Regras de Repartição de Competências Tributárias.....	 103
4.1. A competência múltipla das pessoas políticas	103
4.2. Empréstimos compulsórios – Competência – Regime jurídico.....	104
4.3. Contribuições parafiscais – Competência – Regime jurídico	109

4.4.	Uma questão de Direito intertemporal ou de jurisprudência variante	117
4.5.	Contribuições em prol de entidades privadas: SESI, SESC, SENAI, SENAC etc.	120
4.6.	Contribuições em favor das confederações sindicais	120
4.7.	O regime jurídico-constitucional dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais – Síntese.....	122
4.8.	Regras constitucionais específicas relativas às contribuições – Alguns detalhes do artigo. 149	127
4.9.	Os pressupostos jurídicos para a instituição de taxas	128
4.10.	As taxas e os princípios retores da tributação	129
4.11.	Taxas de polícia e taxas de serviço	130
4.12.	Preconceitos a desfazer em matéria de taxas.....	130
4.13.	Teorias errôneas sobre a natureza jurídica das taxas	131
4.14.	Ainda a serventia da distinção entre taxas de polícia e de serviços	132
Capítulo V – Limitações ao Poder de Tributar – Imunidades e Temas Afins		134
5.1.	Limitações: princípios e imunidades – Diferenças – O fenômeno jurídico da interposição normativa	134
5.2.	Imunidade e isenções	135
5.3.	Normas impositivas, imunitórias e isençionais – À que se destinam – Como se integram na norma de tributação	136
5.4.	Tipologia exonerativa.....	136
5.5.	Imunidade	138
5.6.	Os efeitos da imunidade.....	139
5.7.	A imunidade, a isenção, os seus efeitos sobre as hipóteses de incidência das normas de tributação	140
5.8.	Equívocos da doutrina tradicional.....	140
5.9.	A isenção como exclusão de incidência: outro equívoco.....	142
5.10.	A alternativa proposta	143
5.11.	A diferença entre a exclusão expressa: imunidade e isenções e a não incidência pura ou natural – Primeira aproximação.....	146
5.12.	A questão da não incidência – Conclusão	150
5.13.	Exoneração nas consequências das normas de tributação – Quantitativas	150
5.14.	Reduções diretas de bases de cálculo e de alíquotas – O efeito das leis que as preveem	150
5.15.	Alíquota zero.....	151
5.16.	Isenções parciais.....	159
Capítulo VI – Princípios Constitucionais em Matéria Tributária: Explícitos, Derivados e Conexos		160
6.1.	Princípios expressos e conexos.....	161
6.2.	As funções dos princípios constitucionais	162
6.3.	O controle de constitucionalidade das leis a partir da zeladoria dos princípios constitucionais	163
6.4.	O manejo dos princípios pela doutrina e a jurisprudência.....	165
6.5.	O princípio da legalidade da tributação – Evolução histórica e concreção constitucional – O princípio da legalidade tributária, formal e material – Legalidade, anterioridade, tipicidade e irretroatividade como enredo principiológico inextrincável.....	166
6.6.	O princípio da legalidade formal e sua evolução em Portugal e no Brasil	167
6.7.	Legalidade, lei delegada e medida provisória.....	173
6.8.	Os princípios da legalidade, anualidade, tipicidade, irretroatividade e anterioridade, todos juntos	173

6.9. O princípio da legalidade como princípio fundante dos demais – O princípio da tipicidade ou da legalidade material	175
6.10. Exceções ao princípio da legalidade na instituição e na majoração de tributos.....	181
6.11. Os convênios de Estados-Membros relativos ao ICMS e o princípio da legalidade	182
6.12. Conclusão sobre a submissão dos convênios à lei	187
6.13. As delegações legislativas e o princípio da legalidade da tributação	187
6.14. A crônica do princípio da legalidade material no Brasil	188
6.15. Interpretação e princípio da legalidade – Interpretação econômica – Evasão fiscal e elisão – Distinções	189
6.16. O princípio formal da legalidade da tributação e as medidas provisórias	208
6.17. O princípio da não surpresa do contribuinte (anualidade, anterioridade, lapsos temporais predefinidos).....	214
6.18. Exceções ao princípio da anterioridade e prazo nonagesimal	215
6.19. O princípio da anualidade – Seus reflexos na área tributária	218
6.20. O princípio da irretroatividade da lei fiscal – Ênfase no imposto de renda em primeiro lugar.....	221
6.21. O princípio da anterioridade – Mecânica de funcionamento em face dos diversos tipos de fatos geradores – Forma, lugar e tempo do pagamento da obrigação tributária – Reserva de lei.....	224
6.22. A irretroatividade da lei e a retrospectividade.....	225
6.23. A irretroatividade da lei, da jurisprudência e da decisão administrativa definitiva.....	226
6.24. Irretroatividade e ação rescisória.....	229
6.25. O princípio da igualdade ou do tratamento isonômico	231
6.26. O princípio do não confisco	236
6.27. O princípio do não confisco e as presunções legais	239
6.28. O não confisco como limite ao poder de graduar a tributação.....	242
6.29. O princípio da unidade federativa – Limitações ao tráfego de pessoas e bens no território nacional – Pedágio.....	244
Capítulo VII – As Imunidades Genéricas.....	246
7.1. A imunidade intergovernamental recíproca	246
7.2. A imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos, dos sindicatos e das instituições de assistência social e de educação	257
7.3. A imunidade dos templos.....	260
7.4. A imunidade dos partidos	262
7.5. Considerações sobre imunidade das instituições partidárias, religiosas, sindicais, educacionais e assistenciais	262
7.6. A determinação de exteriorizar e esclarecer as comunidades sobre os impostos que incidem sobre mercadorias e serviços	276
7.7. Exoneração de tributos, matéria sob reserva de lei.....	278
7.8. O princípio da tributação federal uniforme	279
7.9. Substituição tributária progressiva.....	280
7.10. Isonomia nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos – Prevalência do Estado Federal.....	281
7.11. A proibição da isenção heterônoma e as exceções.....	282
7.12. A revogabilidade das isenções anteriores à Carta.....	283
7.13. A vedação que proíbe aos Estados e aos Municípios estabelecerem diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza – O mercado comum brasileiro	284

Capítulo VIII – Os Impostos da União, os Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....	286
8.1. Os impostos de importação e exportação	287
8.2. O imposto sobre grandes fortunas.....	288
8.3. O Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.....	288
8.4. O imposto sobre operações financeiras ou sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.....	290
8.5. O imposto sobre a propriedade territorial rural.....	290
8.6. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	291
8.7. O imposto de renda periódico e os princípios da anterioridade e da irretroatividade – A lei de regência dos fatos geradores.....	292
8.8. O imposto de renda anual é periódico – A lei aplicável é a vigente antes de iniciar-se o período em que se realizam os fatos jurídicos.....	298
8.9. A progressividade no imposto de renda.....	300
8.10. A imunidade dos aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos	301
8.11. A periodização dos impostos e o princípio da anualidade – Aplicabilidade ao imposto de renda	301
8.12. A competência privativa e residual da União para instituir novos impostos, contribuições sociais e impostos extraordinários de guerra.....	302
Capítulo IX – Os Impostos dos Estados e do Distrito Federal – Dos Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....	306
9.1. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior).....	310
9.2. O fato gerador do ICMS em sentido genérico.....	313
9.3. A imunidade da energia elétrica e dos combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes, dos minerais do país e dos serviços de telecomunicações (art. 155, §3º, da Constituição).....	313
9.4. A imunidade do ICMS das operações (interestaduais) que destinem petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica a outros Estados.....	314
9.5. As operações com energia elétrica, petróleo e seus derivados (combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes) – As inovações da Emenda nº 33.....	314
9.6. A não incidência do ICMS nos serviços de comunicação	321
9.7. As alíquotas do ICMS – Competência para fixação.....	322
9.8. Operações interestaduais a consumidor final noutro Estado	322
9.9. As alíquotas seletivas ou a seletividade do ICMS.....	322
9.10. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	323
9.11. O imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens e direitos (o imposto sobre heranças e doações).....	323
9.12. As alíquotas de heranças e doações – Seus fatos jurídicos	324
9.13. Heranças e doações e a questão do montante partilhável	324
Capítulo X – Os Impostos dos Municípios, Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....	325
10.1. O IPTU	326
10.2. A progressividade no IPTU	332
10.3. O IPTU e a “planta de valores” genérica	335
10.4. O imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato entre vivos.....	337
10.5. ITBI – Problemas decorrentes da partilha de bens entre vivos.....	337
10.6. A imunidade de certas transmissões <i>inter vivos</i> de bens imóveis	338

10.7. O imposto sobre serviços de qualquer natureza.....	340
10.8. As alíquotas do ISS.....	342
10.9. A Emenda nº 37 e o ISS.....	342
Capítulo XI – A Repartição das Receitas Tributárias.....	344
11.1. Participação direta dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação de impostos federais.....	346
11.2. Participação direta dos Municípios.....	347
11.3. O fundo ouro.....	347
11.4. Participações indiretas.....	347
11.5. O fundo compensatório.....	348
11.6. A vedação de “negociação”.....	348
11.7. O papel do Tribunal de Contas.....	348
PARTE III	
O Direito Tributário que está no Código Tributário Nacional e nas Leis Complementares Subsequentes	
Capítulo I – O Código Tributário Nacional e o Sistema Tributário Nacional.....	353
1.1. Advertência prévia sobre o conteúdo compromissório do CTN.....	353
1.2. O Sistema Tributário Nacional.....	357
1.3. O caráter jurídico do CTN – Lei complementar <i>ratione materiae</i>	357
1.4. O Sistema Tributário e a Federação.....	358
1.5. Os dois livros do CTN.....	358
Capítulo II – O Conceito de Tributo.....	359
2.1. A necessidade de o Estado cobrar tributos.....	359
2.2. O conceito jurídico de tributo.....	360
2.3. O tributo no quadro de receitas do Estado.....	360
2.4. A expansividade do conceito de tributo no Direito brasileiro.....	361
2.5. O tributo como norma jurídica.....	362
2.6. A importância do aspecto pessoal na hipótese de incidência tributária.....	364
2.7. A complexidade das fórmulas de cálculo do tributo devido.....	366
2.8. Os equívocos da doutrina tradicional na consideração do fato gerador dos tributos.....	367
2.9. A estática e a dinâmica da norma tributária – A fenomenologia da incidência da norma tributária.....	369
2.10. O conceito de tributo no Direito brasileiro, sua excelência dogmática.....	373
2.11. O tributo como obrigação.....	375
Capítulo III – As Espécies Tributárias: Os Impostos, as Taxas e as Contribuições.....	376
3.1. O tributo como ente jurídico unitário e a sua divisão em espécies – A teoria dos tributos vinculados ou não a uma atuação do Estado relativamente à pessoa do pagante.....	376
3.2. A teoria dos tributos vinculados ou não a atuações estatais e a classificação das espécies.....	379
3.3. A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – Proposta classificatória.....	382
3.4. As contribuições especiais ou parafiscais no Direito brasileiro – Natureza jurídica.....	383

3.5. A especificidade das contribuições previdenciárias e assistenciais sinalagmáticas – Tributos vinculados à atuação estatal – Diferenças entre elas e as contribuições especiais com natureza de impostos.....	387
3.6. Esforços classificatórios, a importância do tema – A natureza jurídica específica das contribuições especiais referidas na Constituição.....	390
3.7. Fato gerador, base de cálculo, causa e finalidade, confirmando a tese de que os tributos são ou não vinculados a uma atuação do Estado, invalidando a tese do “finalismo”, velha de cem anos.....	393
3.8. A contribuição de melhoria tipo custo na opção constitucional de 1988.....	398
3.9. Taxas e preços – Preços públicos e privados.....	399
3.10. Custas e emolumentos são taxas? É possível distribuir o produto das custas?.....	406
3.11. Ligeiro esboço histórico sobre as custas.....	406
3.12. A assimilação das custas pelo tributo denominado taxa – Legalidade da destinação da receita assim havida às Caixas de Assistência dos Advogados.....	409
3.13. O pedágio, sua natureza jurídica.....	409
3.14. O pedágio, ligeira crônica.....	410
3.15. Pedágio: preço ou taxa?.....	410
3.16. Empréstimos compulsórios – Impostos restituíveis.....	411
3.17. Os impostos indiretos visam à capacidade contributiva dos consumidores – As contribuições especiais que repercutem no consumidor final são impostos indiretos cumulativos.....	412
Capítulo IV – A Competência Tributária.....	413
4.1. A competência tributária.....	413
4.2. As limitações da competência tributária.....	414
4.3. Os empréstimos compulsórios no CTN.....	418
Capítulo V – Os Impostos no CTN.....	420
Capítulo VI – Impostos Federais.....	423
6.1. Imposto de importação.....	423
6.2. Imposto de exportação.....	425
6.3. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.....	427
6.4. O conceito de renda na doutrina brasileira.....	428
6.5. Pessoas jurídicas – Sistema para apuração do lucro tributável.....	431
6.6. Lucro real.....	431
6.7. Abandono do lucro real.....	432
6.8. Sistema do lucro arbitrado.....	433
6.9. Sistema do lucro presumido.....	433
6.10. Princípios para a apuração do lucro tributável.....	433
6.11. Componentes do lucro real: lucro operacional e resultados de transações eventuais.....	434
6.12. Os resultados das transações eventuais.....	434
6.13. Pessoas físicas.....	435
6.14. As novidades do fim do século relativas ao imposto de renda.....	436
6.15. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.....	436
6.16. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.....	445
6.17. Operações de crédito.....	448

6.18. Operações de câmbio	451
6.19. Operações de seguro.....	451
6.20. Operações com títulos e valores mobiliários.....	451
6.21. Imposto sobre propriedade territorial rural	453
Capítulo VII – Impostos Estaduais	456
7.1. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	456
7.2. Imposto sobre heranças e doações (transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos).....	457
7.3. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS	460
7.4. O fato gerador genérico do ICMS.....	460
7.5. ICMS – Incidência na importação de bens para o ativo fixo e para consumo próprio do estabelecimento, ainda que realizada por pessoas físicas.....	468
7.6. O princípio da não cumulatividade	468
7.7. A natureza jurídica do princípio da não cumulatividade	469
7.8. O ICMS e o IPI são impostos que somente devem onerar o consumo.....	470
7.9. As exceções constitucionais ao princípio da não cumulatividade.....	471
7.10. O direito universal à dedução dos créditos relativos à aquisição de todo o gênero e a inconstitucional restrição ao direito de compensação por período.....	474
7.11. O princípio da não cumulatividade e a tendência jurisprudencial	477
7.12. ICMS – Como apurar o valor devido	484
7.13. A Lei Complementar nº 87/96 – Texto básico do regramento do ICMS – Alguns apontamentos.....	486
7.14. A tributação dos combustíveis e da energia elétrica	503
7.15. A tributação do transporte de passageiros.....	503
Capítulo VIII – Impostos Municipais	516
8.1. Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis a título oneroso (exceto doações).....	516
8.2. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.....	519
8.3. Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS.....	523
Capítulo IX – As Taxas no CTN	535
Capítulo X – As Contribuições de Melhoria no CTN	539
10.1. Contribuições de melhoria tipo custo e tipo valorização	539
10.2. Distribuição de receitas tributárias	541
Capítulo XI – Conceito, Vigência, Interpretação, Integração e Aplicação da Legislação Tributária...	542
11.1. A compreensão da expressão “legislação tributária”.....	542
11.2. O papel subalterno dos decretos do Executivo em matéria fiscal	543
11.3. A proteção da confiança dos atos administrativos em matéria fiscal.....	544
11.4. A impropriamente denominada coisa julgada administrativa e seus efeitos	544
11.5. A natureza da correção monetária e das majorações indiretas dos tributos	546
11.6. As práticas reiteradas das autoridades administrativas	546
11.7. As questões relativas aos tratados internacionais	547
11.8. Validade e extensão dos tratados internacionais em matéria tributária perante a Constituição Federal de 1988.....	548

11.9. A União Federal na ordem jurídica internacional e na ordem jurídica interna.....	549
11.10. A superioridade da Lei Complementar Tributária de normas gerais sobre os ordenamentos jurídicos parciais da União, dos Estados e dos Municípios	551
11.11. A questão do ICMS e do ISS – Possibilidade de tratado internacional, celebrado pela República Federativa do Brasil, obrigar Estados e Municípios.....	551
11.12. O controle prévio dos tratados e convenções internacionais pelo Supremo Tribunal Federal	552
11.13. Isenção heterônoma e isenção convencional.....	553
11.14. Os tratados na jurisprudência brasileira	558
11.15. A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária.....	563
11.16. A extraterritorialidade da legislação tributária.....	565
11.17. A vigência das normas complementares do art. 100.....	565
11.18. O princípio da anterioridade no CTN	566
11.19. A anterioridade da lei em relação ao fato gerador	567
11.20. A retroatividade benigna ao contribuinte	568
11.21. Regras de interpretação da legislação tributária	571
11.22. Regras de integração da legislação tributária.....	574
11.23. A recepção do Direito Privado e a dação de efeitos fiscais próprios – O abuso das formas de Direito Privado.....	576
11.24. A rigidez do sistema brasileiro de repartição de competências tributárias – Observância do Direito Privado.....	580
11.25. A interpretação literal em Direito Tributário – Quando é aplicável.....	580
11.26. O <i>in dubio pro</i> contribuinte.....	581
Capítulo XII – A Obrigação Tributária, Sujeitos Ativos e Passivos e a Responsabilidade Tributária Segundo o Código Tributário Nacional	582
12.1. A obrigação tributária na terminologia do CTN – Obrigação principal e obrigação acessória	583
12.2. Tributo e multa – Crédito tributário comum	584
12.3. A natureza não patrimonial das obrigações acessórias – Deveres administrativos.....	585
12.4. A conversão da multa em crédito tributário	585
12.5. O fato gerador da obrigação principal.....	585
12.6. O fato gerador da obrigação acessória	587
12.7. O momento da ocorrência do fato gerador – Situações jurídicas e situações de fato – Fatos geradores “pendentes”.....	587
12.8. Aos tributos vinculados a atuações estatais não se aplicam as regras dos “negócios sujeitos a condições”.....	590
12.9. O fato gerador estremando as espécies e subespécies tributárias.....	590
12.10. A capacidade contributiva e o princípio da retribuição	591
12.11. Empréstimos compulsórios e contribuições especiais – Seus fatos geradores	592
12.12. O Direito Tributário brasileiro e a “interpretação econômica”.....	593
12.13. O sujeito ativo da obrigação tributária	595
12.14. Herança de competência tributária	596
12.15. O sujeito passivo da obrigação tributária – Contribuintes e responsáveis.....	596
12.16. O pretense sujeito passivo da impropriamente chamada obrigação acessória.....	598
12.17. A importância relativa das convenções particulares em face do dever de contribuir.....	599
12.18. A solidariedade obrigacional passiva	599

12.19. Os efeitos da solidariedade em matéria fiscal	600
12.20. Interpretação econômica ou pragmatismo fiscal?	601
12.21. A tributação dos atos ilícitos	602
12.22. O domicílio em matéria fiscal	603
12.23. Sujeição passiva direta e indireta – Substituição tributária	604
12.24. Responsabilidade tributária por transferência e por substituição	606
12.25. O substituto tributário como sujeito passivo direto	610
12.26. A responsabilidade tributária na terminologia do CTN – Falta de precisão conceitual	611
12.27. A questão da transferência das multas aos responsáveis	613
12.28. Síntese sobre a responsabilidade tributária no CTN	616
12.29. Responsabilidade de terceiros e multas moratórias	617
12.30. Responsabilidade tributária e o dever de reter tributo alheio – Distinção	619
12.31. Substituição tributária “para frente”	621
12.32. Créditos tributários transferíveis – Extensão e compreensão	624
12.33. A chamada responsabilidade dos adquirentes de bens imóveis	624
12.34. A responsabilidade dos adquirentes, remitentes e sucessores <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i> e do espólio	625
12.35. A chamada responsabilidade dos agentes empresariais	625
12.36. A responsabilidade de terceiros	629
12.37. Os casos de transferência de responsabilidade em razão de culpa ou dolo – A res- ponsabilidade dos diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de Direito Privado	634
12.38. A tese da objetividade do ilícito fiscal	639
12.39. O erro de direito extrafiscal e o Direito Tributário punitivo	640
12.40. Tipos de sanção	643
12.41. Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário?	643
12.42. O ilícito fiscal e as considerações subjetivas relativas ao agente – Atenuações	644
12.43. Multas confiscatórias	646
12.44. A personalização das multas fiscais	652
12.45. A “ponte de ouro” – Exclusão da responsabilidade pelo pagamento de multas decorren- tes de infrações à legislação fiscal	653
Capítulo XIII – A Constituição do Crédito Tributário e a Disciplina do Lançamento segundo o CTN – Tipos de Lançamento	658
13.1. O crédito tributário como parte da estrutura obrigacional	658
13.2. A obrigação tributária e o seu objeto: o crédito tributário	660
13.3. Obrigação, crédito e lançamento fiscal	660
13.4. O papel do lançamento – Ato do Estado-Administração – Primeiras conclusões	661
13.5. A obrigação tributária e as alterações do crédito tributário	663
13.6. O crédito tributário e o princípio da legalidade	664
13.7. O conceito de lançamento no Direito brasileiro – Diferença entre lançamento por homologação e homologação do pagamento do crédito tributário	664
13.8. Distinção de lançamento como ato administrativo singular e procedimentos reparató- rios e revisionais do lançamento – Lançamentos provisórios e finais, impossibilidade ..	666
13.9. Lançamento e intercendência cambial	667
13.10. O lançamento como ato administrativo de aplicação da lei fiscal – Leis substantivas e adjetivas no tempo, regras de aplicabilidade	667
13.11. A revisão do ato administrativo do lançamento – As teorias declarativistas e constitu- tivistas	668

13.12. O lançamento como ato administrativo – Características – Natureza declaratória – Caráter de título executivo por falta de autoexecutoriedade – Quando o lançamento está pronto e quando é definitivo	671
13.13. As hipóteses legais que autorizam a revisão do lançamento	672
13.14. A irrevisibilidade do lançamento por erro de direito da Administração – Diferença entre revisão de lançamento e modificação de lançamento definitivo pela Administração	672
13.15. Renovação do lançamento por erro formal de agente da Administração – Quando é possível	677
13.16. As modalidades de lançamento no Direito brasileiro – Lançamento por declaração	677
13.17. Lançamento feito em razão de arbitramento – Quando é possível – Restrições legais..	678
13.18. Novamente os casos de revisão do lançamento – Lançamentos feitos de ofício	681
13.19. O lançamento por homologação – Homologação expressa e tácita – Improriedades – Os termos iniciais e finais para a efetivação de lançamentos de ofício e para a homologação de pagamentos antecipados	683
13.20. O valor e o desvalor do chamado lançamento por homologação ou autolancamento....	686
Capítulo XIV – Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário	690
14.1. A moratória e o parcelamento	692
14.2. O depósito do montante integral do crédito tributário	695
14.3. A concessão de medidas liminares.....	698
14.4. As reclamações e os recursos administrativos	700
Capítulo XV – A Extinção do Crédito Tributário	706
15.1. O pagamento, a forma por excelência de extinção do crédito tributário	706
15.2. O dia e o local do pagamento.....	709
15.3. Natureza jurídica do juro moratório	711
15.4. A consulta fiscal e seus efeitos	712
15.5. Responsabilidade pelo recebimento do crédito tributário – Pagamento e quitações.....	713
15.6. Pagamento em moeda corrente, cheque ou vale-postal, em estampilha, papel selado ou processo mecânico – Os efeitos do pagamento.....	714
15.7. Pagamento sob condição – Incongruência jurídica.....	715
15.8. Imputação de pagamento	717
15.9. A consignação judicial do pagamento	723
15.10. Pagamento indevido – Repetição do indébito	724
15.11. Restituição de tributos indiretos dotados de repercussão jurídica obrigatória	726
15.12. Decadência do direito de pleitear a restituição	728
15.13. Prescrição da ação para anular a decisão administrativa que denega restituição	734
15.14. A compensação – Conceito	735
15.15. Tipos de compensação	736
15.16. A transação	739
15.17. A remissão.....	740
15.18. Distinção entre isenção e remissão	742
15.19. A prescrição e a decadência.....	743
15.20. A conversão do depósito em renda.....	749
15.21. A consignação em pagamento – Conversão da oferta de pagamento em renda	751
15.22. O pagamento antecipado e a “homologação do lançamento” nos termos do art. 150 e seus §§ 1º e 4º.....	751

15.23. A decisão administrativa irreformável	752
15.24. A decisão judicial passada em julgado	753
15.25. O controle da constitucionalidade das leis – O sistema misto brasileiro – Peculiaridades, efeitos e consequências relativamente às ações rescisórias.....	754
15.26. Inadmissibilidade de ação rescisória de sentença anterior à declaração de constitucionalidade pelo STF.....	756
15.27. Coisa julgada e segurança jurídica.....	757
Capítulo XVI – A Exclusão do Crédito Tributário.....	759
16.1. Impropriedade gritante	759
16.2. A isenção e a sua regulação no CTN	760
16.3. A questão da revogabilidade das isenções.....	762
16.4. Isenções autônomas e heterônomas.....	764
16.5. Diferença entre isenção, imunidade e reduções fiscais.....	764
16.6. A anistia e a sua regulação no CTN.....	765
Capítulo XVII – Garantias e Privilégios – Administração Tributária – Certidões Negativas	767
17.1. Prólogo – Os conceitos.....	767
17.2. A exposição do patrimônio particular	771
17.3. Alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio – Os escapes.....	772
17.4. Fraude à execução fiscal.....	773
17.5. Créditos tributários e juízos universais	774
17.6. A Fazenda Pública pode requerer a falência do devedor?.....	776
17.7. A massa falida e os créditos tributários	777
17.8. O inventário e os créditos tributários	778
17.9. A liquidação de sociedades e os créditos tributários	778
17.10. Término de inventário, concessão de recuperação judicial e fim de falência em face da Fazenda Pública	779
17.11. O perigo das constrições oblíquas	780
17.12. Administração Tributária	781
17.13. Administração Tributária: o poder de fiscalizar e os seus limites.....	782
17.14. O sigilo bancário	783
17.15. O sigilo bancário na Constituição Federal de 1988 – Princípios de regência à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	786
17.16. O poder de vistoriar e de exigir documentos – Ato vinculado à lei – Motivo e finalidade	790
17.17. O dever de informar e os seus limites.....	791
17.18. O sigilo fiscal tendo como destinatários da norma a Fazenda Pública e os seus agentes	792
17.19. A imprestabilidade da prova emprestada.....	794
17.20. A fiscalização <i>manu militari</i> – Motivação e cuidados – Excesso de exação – Proibição do excesso – Responsabilidade civil do Estado.....	795
17.21. Dívida ativa – Certidões positivas e negativas – Os tormentos do cidadão – O valor e o desvalor jurídico do ato de inscrição em dívida ativa – Prescrição da ação de execução fiscal	798
Bibliografia	805